

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DE 2019
DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.

1. ENQUADRAMENTO

Em observância às disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A., (DOCAPESCA) dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas (R&C) e sobre o Relatório de Governo Societário (RGS).

A DOCAPESCA apresentou os anteditos documentos, relativos ao exercício de 2019, aprovados pelo Conselho de Administração (CA) a 17 de março de 2020, preparados de acordo com as orientações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do ofício circular n.º SAI_DGTF/2020/770, de 11 de março de 2020, e com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos termos dos Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, o órgão de fiscalização da DOCAPESCA é composto por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Atualmente o CF é constituído pelo Dr. Pedro Miguel Pinto Monteiro (presidente), pela Dra. Maria Gabriela Nunes Mendes Campos (vogal efetiva), eleitos em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, para o mandato 2018-2020, e pelo vogal efetivo Dr. André Joaquim Limas Ribas, designado por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 31 de julho de 2019¹, para acompanhar o mandato em curso.

No âmbito das suas competências, o CF encetou o procedimento de seleção para a contratação do Revisor Oficial de Contas (ROC). Tal procedimento ficou concluído a 14 de agosto de 2018, tendo o CF deliberado, conforme exarado em ata daquela data, propor a nomeação de ROC ao Acionista.

Por DUE de 10 de dezembro de 2018, foi designada para o triénio 2018-2020 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) BDO & Associados, SROC, Lda², para a prestação de serviços de auditoria e certificação legal das contas, tendo sido designada a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC., Lda, como suplente, nos termos propostos pelo CF.

2. ATIVIDADE FISCALIZADORA DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O controlo efetuado pelo Conselho Fiscal, no decurso de 2019, no âmbito das suas competências, materializou-se, principalmente, pelo acompanhamento regular da gestão da sociedade e a atividade

¹ Na sequência da renúncia do outro vogal efetivo com efeitos a partir de 30 de julho de 2019.

² Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 29 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o n.º 20161384, representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, registado na OROC com o n.º 725 e na CMVM com o n.º 20160361.

desenvolvida, destacando-se o seguinte:

- a) Recolhemos e analisámos todos os elementos julgados como convenientes e adequados ao bom entendimento das operações e obtivemos todos os esclarecimentos necessários junto da Administração e dos principais responsáveis da Empresa;
- b) Procedemos à análise das propostas de plano de atividades/investimentos e orçamento submetidos pela Empresa (para os exercícios de 2019 e 2020) e emitimos os respetivos pareceres;
- c) Analisámos e elaboramos os relatórios trimestrais de execução orçamental, sobre os controlos implementados, anomalias detetadas, desvios em relação ao previsto, necessidade de adoção de medidas corretivas e observância das orientações tutelares;
- d) Tomámos conhecimento das ações desenvolvidas pela Direção de Auditoria e Controlo Interno e dos relatórios emitidos e acompanhámos o processo da auditoria externa;
- e) Acompanhámos a preparação dos documentos de prestação de contas, que incorporam o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário e as demonstrações financeiras;
- f) Atuámos em conformidade com o n.º 2 do artigo 420.º do CSC, fiscalizando o processo de revisão de contas através de reuniões regulares com o ROC e mantendo contacto permanente com este no decurso dos trabalhos;
- g) Realizámos 14 reuniões, com a presença de todos os membros CF, e consultámos todas as atas do CA.

3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Apreciação do relatório de gestão

O Relatório, aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2020, e disponibilizado ao CF na mesma data, descreve, adequadamente, a atividade desenvolvida em 2019, o desempenho e posição financeira da Empresa e apresenta, em ponto autónomo, informação quanto à observância das disposições legais e das orientações do acionista, cumprindo, no geral, com o disposto no artigo 66.º do CSC e com as instruções para a prestação de contas para 2019, transmitidas pela DGTF, através do ofício circular n.º SAI_DGTF/2020/770, de 11 de março de 2020.

A DOCAPESCA, preparou e apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), contemplando o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total do ativo de 36 145 889 euros e um total de capital próprio de 17 567 352 euros, incluindo um resultado líquido de 2 126 962 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o respetivo anexo, relativas ao ano findo naquela data.

A BDO & Associados, SROC, Lda, examinou as demonstrações financeiras e emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas em 08 de abril de 2020, que faz parte integrante do presente relatório,

teor com o qual o CF concorda, incluindo a opinião com reserva, que subsiste de anos anteriores, relacionada com o processo de integração do extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) e a ênfase relacionada com a pandemia provocada pela doença COVID-19.

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado, no exercício de 2019, no montante de 2 126 962 euros seja aplicado da forma seguinte:

- 425 392 euros para Reservas Legais, correspondendo a 10 %, definidos estatutariamente (cf. alínea a) do artigo 18.º dos Estatutos), e mais 10%, visando atingir 20% do Capital Social (cf. n.º 1 do artigo 295.º do CSC);
- 1 701 569 euros para a conta de Resultados Transitados.

Atividade

Em 2019, transacionaram-se nas diversas lotas da DOCAPESCA, 113 mil toneladas de pescado, correspondendo a 212 milhões de euros (M€) de valor de venda de pescado, superando os valores atingidos no ano transato³, traduzindo um preço médio de 1,89€.

A Empresa apenas reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado que resultam da aplicação de taxas⁴, sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar pelos armadores/pescadores e compradores.

Investimento

Em 2019, o montante de investimento realizado pela DOCAPESCA totalizou 4 754 milhares de euros, do qual 3 099 milhares de euros de natureza específica. Tais níveis de execução ficaram 37,1% abaixo do total de investimento previsto para 2019⁵.

Desempenho financeiro

De forma a verificar o desempenho financeiro da DOCAPESCA, apreciou-se a evolução das principais rubricas de rendimentos, gastos e respetivos resultados alcançados no período de 2019 face a 2018, bem como o comportamento dos principais indicadores.

Sinteticamente, em 2019, a DOCAPESCA apresentou o desempenho financeiro seguinte:

³ Em 2018, foram transacionadas 100 mil toneladas de pescado, no montante de 206 M€, traduzindo um preço médio de 2,06€.

⁴ Fixadas pelas Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril e n.º 495/2008, de 23 de junho.

⁵ A execução dos investimentos específicos e correntes, ficou abaixo do previsto em -45,1% e -13,3%, respetivamente.

Quadro 1 - Demonstração de desempenho financeiro e indicadores

Unidade: 10³ euros

RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS	2019	2018	Δ 19/18	
			Valor	(%)
Rendimentos operacionais	27 183	27 126	57	0,2%
Vendas e Serviços Prestados	26 951	27 101	-150	-0,6%
Subsídios à exploração	232	25	208	837,9%
Variação nos inventários da produção	-1	0	0	-180,5%
Gastos operacionais	-21 292	-21 188	-104	-0,5%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-565	-724	160	22,1%
Fornecimentos e serviços externos	-8 466	-8 317	-149	-1,8%
Gastos com o pessoal	-12 261	-12 146	-115	-0,9%
Outros rendimentos e gastos	604	-220	824	374,3%
Imparidades	-55	-371	316	85,1%
Provisões	0	0	0	-100,0%
Outros rendimentos	2 445	2 407	39	1,6%
Outros gastos	-1 786	-2 256	470	20,8%
Resultados			0	n.a.
EBITDA	6 495	5 718	777	13,6%
Amortizações, depreciações e reversões	-3 404	-3 525	121	3,4%
EBIT	3 091	2 193	898	41,0%
Resultado financeiro	-13	7	-21	-285,2%
Resultado antes de impostos	3 078	2 200	878	39,9%
Impostos	-951	-636	-315	-49,5%
Resultado líquido	2 127	1 564	563	36,0%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

Em 2019, o resultado líquido apurado fixou-se em 2 127 milhares de euros, traduzindo um incremento de 563 milhares de euros (+36,0%) face a 2018 (1 564 milhares de euros). Tal desempenho ficou a dever-se, sobretudo, à evolução favorável dos outros rendimentos e gastos no montante de 824 milhares de euros em relação a 2018.

Os rendimentos operacionais registaram um incremento de 57 milhares de euros (+0,2%), resultante do decréscimo de 150 milhares de euros (-0,6%) ocorrido nas vendas e serviços prestados, sendo de referir que, em 2018, esta rubrica incorpora 887 milhares de euros referente à faturação emitida ao Município de Lagos de 2014 a 2018, pela concessão do parque de estacionamento. O antedito decréscimo acabou por ser compensado com o aumento dos subsídios à exploração em 208 milhares de euros.

Os gastos operacionais atingiram 21 292 milhares de euros, agravando-se em 104 milhares de euros (+0,5%) em relação a 2018. Tal resultou do aumento dos gastos, com o fornecimento e serviços externos e com o pessoal em 149 e 115 milhares de euros, respetivamente, que não foram acomodados pela redução do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no valor de 160 milhares de euros

A rubrica outros rendimentos e gastos atingiu 604 milhares de euros, aumentando 824 milhares de euros (+374,3%) face a 2018, por via da reversão das imparidades constituídas, anteriormente, e da redução dos outros gastos traduzindo uma diminuição de 316 e 470 milhares de euros, respetivamente, e o aumento dos outros rendimentos em 39 milhares de euros.

Em 25 de novembro de 2019, a DOCAPESCA transferiu verbas no montante de 300 000 euros⁶, para o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA), para cooperação institucional, contabilizada em outros gastos do exercício.

Pelo mesmo motivo apontado em relação às vendas e serviços prestados, em 2018, a rubrica outros gastos no montante de 2 256 milhares de euros compreende 883 milhares de euros suportados com despesas de manutenção da área sob jurisdição da DOCAPESCA, referentes ao período de 2014 a 2018, que foram apresentadas pelo Município de Lagos e aceites pela Empresa.

Em 2019, em resultado do comportamento das anteditas rubricas, o EBITDA e EBIT cifraram-se em 6 495 e 3 091 milhares de euros representando um acréscimo de 13,6% e 41%, respetivamente, em relação a 2018.

Posição financeira

No que tange à posição financeira da DOCAPESCA, importa salientar que, em 31 de dezembro de 2019, o processo de integração do extinto Instituto Português e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) ainda se encontrava em curso⁷.

Entre 2016 e 2019, a Empresa efetuou a integração dos bens patrimoniais inerentes às viaturas, embarcações e equipamento de movimentação portuária, porém os restantes bens patrimoniais e dominiais carecem ainda de inventariação e avaliação por parte de entidade externa, nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, desconhecendo-se, no final de 2019, o impacto que tal possa ter nas demonstrações financeiras.

Sobre esta matéria, a Empresa refere que, por indicação da DGTF, irá iniciar o processo de avaliação dos referidos ativos, prevendo lançar, durante o 1.º semestre de 2020, um Concurso Público para a avaliação patrimonial relativa a Peniche, Cascais, Faro e Olhão.

No 1º semestre de 2019, a DOCAPESCA concretizou a aquisição da participação financeira⁸, na qualidade de associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “Smartocean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar”, tendo subscrito 58 unidades de participação (de um total de 215) a 2 500 euros cada, num valor total de 145 000 euros, correspondendo a 27% do capital da associação, desconhecendo-se, à data, o justo valor da participação.

A 31 de dezembro de 2019, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 36 145 889 euros, passivo total de 18 578 537 euros e um capital próprio de 17 567 352 euros.

Ao nível do capital próprio destaca-se, em 2019, o aumento ocorrido no montante de 1 114 milhares de euros (+6,8%), em resultado do aumento da reserva legal (+156 milhares de euros) e dos resultados transitados (+1 408 milhares de euros) proveniente da aplicação do resultado líquido positivo obtido em 2018 (1 564 milhares de euros), bem como do aumento do resultado líquido alcançado, em 2019, de 563 milhares de euros (+36%), contrapondo com a diminuição de 1 013 milhares de euros ocorrida em outras variações no capital próprio.

⁶ Prevista na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019) e autorizada por DUE, de 7 de agosto de 2019.

⁷ O n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, estipula o prazo de 18 meses, após entrada em vigor do diploma, para identificação e avaliação de bens e direitos transmitidos do ex-IPTM.

⁸ Na sequência da DUE do acionista, de 28 de dezembro de 2018.

No final de 2019, o saldo de provisões constituídas ascendia a 1 090 milhares de euros, dos quais 528 milhares de euros respeitavam à melhor estimativa da Empresa, com o exfluxo de recursos que espera incorrer com os processos judiciais que transitaram do ex-IPTM, 160 milhares de euros respeitante a duas provisões relacionadas com o processo de integração do ex-IPTM e 402 milhares de euros para fazer face a riscos e encargos (348 milhares de euros para pagamento de imposto municipal sobre imóveis – IMI e 54 milhares de euros para cobertura do sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão).

No decurso de 2019, na sequência do processo judicial com a Mota Engil, foi utilizado o montante provisionado de 863 milhares de euros que se refletiu na diminuição do passivo não corrente em 1 388 milhares de euros, tendo contribuído, também, a diminuição com responsabilidades por benefícios pós-emprego e outras dívidas a pagar, no montante de -301 e -225 milhares de euros, respetivamente.

Em termos de fluxos financeiros, em 2019, o *cash flow* libertado pelas atividades operacionais no montante de 3 116 milhares de euros, foi insuficiente para cobrir os exfluxos incorridos com as atividades de investimento e de financiamento nos montantes de 4 669 e 8 milhares de euros, respetivamente, gerando no período uma variação de caixa e seus equivalentes negativa em 1 560 milhares de euros.

4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2019, o CA regeu a sua atuação pelo Plano de Atividades e Orçamento para 2019 (PAO 2019)⁹, e tendo como referência os indicadores propostos pela DOCAPESCA à Tutela para a celebração dos anteditos contratos. De acordo com a informação constante do R&C, a Empresa indica ter atingido um grau de cumprimento dos objetivos de 97,6%, porém, aquém do que tinha planeado, conforme evidencia o quadro seguinte:

Quadro 2 – Indicadores de gestão propostos pela DOCAPESCA

EIXO/ OBJETIVO	Peso objetivo	Objetivos de gestão 2019			Execução ponderada (%)
		Proposto	Executado	Execução (%)	
Indicadores financeiros	50%				47,6%
Eixo 4					
Volume de negócios ¹ (€)	10%	26 967 169	26 950 995	99,9%	10,0%
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de negócios (€)	10%	76,6%	77,8%	98,4%	9,8%
PMP (dias)	10%	32	39	78,1%	7,8%
Resultado líquido (€)	10%	2 294 324	2 126 962	92,7%	9,3%
EBITDA superior ao de 2018 (€)	5%	5 717 690	6 494 954	113,6%	5,7%
Taxa de cofinanciamento Investimentos	5%	42,0%	42,3%	100,6%	5,0%
Indicadores de atividade	50%				50,0%
Eixo 1	25%	100%	94%	93,5%	23,4%
Eixo 2	20%	100%	108%	108,0%	21,6%
Eixo 3	5%	100%	100%	100,0%	5,0%
Total	100%				97,6%

¹Volume de negócios = 71 vendas + 72 Prestação de Serviços.

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

Gestão do Risco Financeiro

⁹ Aprovado por DUE, de 27 de dezembro de 2019.

Em virtude da reduzida utilização do financiamento bancário registada nos últimos anos, os respetivos encargos financeiros têm vindo a ser diminutos, ascendendo a 3 137 euros em 2019 (3 125 euros em 2018).

Limite de crescimento do endividamento

A DOCAPESCA não tem qualquer contrato de financiamento celebrado, dispondo apenas de um descoberto bancário em depósitos à ordem no montante de 1 250 milhares de euros no Millennium BCP, que não foi utilizado no ano de 2019, não sendo relevante o recurso a instrumentos de gestão de risco.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos

Em 2019, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 39 dias registando um acréscimo de 6 dias em relação ao verificado em 2018, não existindo naquele período dívidas a pagamento com prazo superior a 90 dias. Uma vez que o PMP se encontra abaixo de 45 dias, considera-se cumprido o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na Assembleia Geral de 4 de abril de 2019, foi recomendado ao CA que diligenciasse no sentido de dar cumprimento ao disposto no artigo 57.º da Lei do Orçamento de Estado para 2019, em concreto quanto à necessidade de fundamentação da excecionalidade da atividade, atendendo aos limites estabelecidos para os gastos operacionais seguintes:

- i. Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO 2018)¹⁰.
- ii. Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 145.º do DLEO 2018¹¹.

De acordo com a informação constante no R&C, a Empresa indica as medidas adotadas visando dar cumprimento às referidas recomendações, tendo os resultados sido, parcialmente, atingidos.

Remunerações

A DOCAPESCA evidencia ter dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2019 para órgãos sociais e auditor externo.

Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

A DOCAPESCA indica ter dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP.

Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

No exercício de 2019, a Empresa não apresentou qualquer tipo de despesa não documentada ou confidencial.

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

¹⁰ Redação mantida na alínea b) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO 2019).

¹¹ Redação mantida na alínea c) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019.

A DOCAPESCA elaborou e divulgou o relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

Relatório anual sobre prevenção de corrupção

A Empresa apresentou e divulgou o relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

Contratação pública

Em matéria de contratação pública, a DOCAPESCA indica ter aplicado o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e subseqüentes alterações.

Sistema Nacional de Compras Públicas

A DOCAPESCA aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Nos termos do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO 2019), conjugado com as orientações emanadas pela Direção Geral do Tesouro e Finanças através do Ofício Circular n.º 5487, de 21 de novembro de 2018, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2018 os seguintes gastos operacionais:

- a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;
- b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Com efeito, as anteditas rubricas apresentaram o comportamento que consta do quadro seguinte:

Quadro 3 – Plano de redução de custos (PRC)

Unidade: euros

PRC	2019	2018	Δ 19/18	
			Valor	(%)
CMVMC	564 578	724 439	-159 861	-22,1%
FSE	8 466 267	8 317 003	149 264	1,8%
Gastos com o pessoal	12 261 024	12 146 170	114 854	0,9%
Indemnizações pagas por rescisão	178 840	211 500	-32 660	-15,4%
Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	78 991		78 991	n.a.
Gastos com o Conselho Fiscal (a partir 5 de junho de 2018)	54 216	38 820	15 396	39,7%
Gastos com o pessoal (Corrigidos)	11 948 976	11 895 849	53 127	0,4%
Gastos operacionais (Corrigidos)	20 979 821	20 937 291	42 530	0,2%
Volume de negócios (VN)	26 950 995	27 101 015	-150 021	-0,6%
Subsídios à exploração	232 334	24 771	207 562	837,9%
Eficiência operacional (GO/VN)	77,8%	77,3%		+0,6 p.p.
Conjunto de gastos operacionais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019				
Deslocações e alojamento (FSE)	22 288	19 974	2 313	11,6%
Ajudas de custo (GcP)	25 108	23 448	1 660	7,1%
Gastos com a frota automóvel ¹	176 084	170 842	5 242	3,1%
Subtotal de gastos alínea b)	223 479	214 264	9 215	4,3%
Estudos e pareceres	1 400	6 255	-4 855	-77,6%
Projetos	10 087	86 682	-76 595	-88,4%
Consultoria	98 828	59 700	39 128	65,5%
Subtotal de gastos alínea c)	110 315	152 637	-42 322	-27,7%
Total de gastos alínea b) e c)	333 794	366 901	-33 107	-9,0%

¹Inclui rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

Em 2019, o indicador de eficiência operacional¹² situou-se nos 77,8% deteriorando-se 0,6 p.p. em relação a 2018 (77,3%).

O conjunto de gastos previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019, registou um incremento de 9 215 euros (+4,3%) face a 2018, tendo todas as rubricas registado aumentos. No entanto, considerando a exceção concedida¹³, no PAO 2019, aquele conjunto de gastos podia ascender a 222 020 euros, pelo que, considerando aquele limite verifica-se um aumento de 1 459 euros (+0,65%).

A Empresa justifica os aumentos com deslocações e ajudas de custo, nos montantes de 2 313 e 1 660 euros, respetivamente, com a permanente necessidade de deslocação dos trabalhadores e devido à dispersão geográfica dos seus estabelecimentos.

Os gastos com a frota automóvel aumentaram 5 242 euros (+3,1%) em relação a 2018, em resultado, sobretudo, do aumento dos encargos com seguros (+4 093 euros) e portagens (+1 421 euros) em resultado do que antes foi dito, bem como do efeito dos gastos não desembolsáveis (depreciações) cujo impacto é acomodado com a descida dos gastos com rendas e com despesas de conservação e reparação.

Quanto aos gastos previstos na alínea c) do antedito preceito, os mesmos ficaram 42 322 euros (-27,7%)

¹² Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios.

¹³ Pelo Despacho n.º 1286/2019- SET, de 6 de novembro de sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

abaixo do registado em 2018.

A DOCAPESCA terminou o ano de 2019 com 505 trabalhadores¹⁴, mais 19 que no ano transato (486 em 2018).

Em 2019, os gastos com o pessoal, corrigidos dos efeitos das indemnizações, da reposição do Acordo de Empresa e das valorizações remuneratórias, registam um acréscimo de 0,4%, em resultado, sobretudo, da substituição dos trabalhadores que se reformaram, do aumento do número de trabalhadores, cujo efeito se repercutiu, integralmente, em 2019, da contratação dos 5 médicos veterinários¹⁵ (partir do 2º semestre de 2019) e das contratações de curto prazo para supressão de situações pontuais.

No final de 2019, a frota automóvel da DOCAPESCA era composta por 37 viaturas menos 1 em relação a 2018 (38 viaturas).

Cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado

Através do ofício n.º SGC – 2018/9193, de 04 de junho de 2018, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., informou a DOCAPESCA que foi proferido despacho de autorização parcial de exceção ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, estando autorizada a recorrer à banca comercial, no entanto o valor das receitas geradas deve ser transferido semanalmente para as contas detidas na tesouraria do Estado.

No final de 2019, o total de disponibilidades ascendia a 6 681 milhares de euros, encontrando-se fora da tesouraria do Estado 1 013 milhares de euros (15,2%).

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

De acordo com a informação constante do R&C, nos últimos três anos, a DOCAPESCA não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas.

Acontecimentos após a data do balanço

O atual estado de emergência¹⁶ em que vivemos, provocado pela doença COVID-19, cuja Organização Mundial da Saúde reconheceu, no passado dia 11 de março de 2020, tratar-se de uma pandemia internacional, configura um cenário de incerteza, constituindo assim um fator de risco e cujos efeitos poderão refletir-se ao nível da posição e desempenho financeiro da Empresa, ao não ocorrerem como seria expectável, no entanto, à data, não se vislumbra que tal possa comprometer a continuidade da Empresa.

5. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, o CF é da opinião que o Relatório do Governo Societário de 2019 da DOCAPESCA inclui informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – Secção II do antedito diploma e que foi elaborado em conformidade com o modelo disponibilizado pela UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do

¹⁴ Inclui órgãos sociais e dirigentes.

¹⁵ Autorizada pelo Despacho n.º 283/19-SET, de 16 de abril de sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

¹⁶ Declarado através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março.

Setor Público Empresarial.

6. PARECER

Face o que precede, e considerando a informação disponibilizada ao CF, no âmbito das suas competências, conclui-se que o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2019 refletem de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a atividade da Sociedade e a sua situação económica e financeira.

Destaca-se, no entanto, o facto de não se encontrar integralmente cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, bem como a opinião com reservas constante da Certificação Legal das Contas, emitida pelo ROC em 08 de abril de 2020, decorrentes da assunção pela DOCAPESCA das atribuições e competências do extinto IPTM, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, relacionadas com o impacto da futura integração dos ativos provenientes do extinto IPTM e ainda não avaliados, dos saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e a ênfase relacionada com a pandemia provocada pela doença COVID-19.

Em consequência do acima referido, o CF é de parecer favorável que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2019, apresentados pelo Conselho de Administração da DOCAPESCA, atenta a opinião com reservas e a ênfase constante da Certificação Legal das Contas;
- Pondere a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;
- Proceda à apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo de 2019, pelo Conselho de Administração e demais colaboradores da DOCAPESCA.

Lisboa, 08 de abril de 2020

Presidente,



Pedro Pinto Monteiro

Vogal,



Maria Gabriela Campos

Vogal,



André Ribas

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Balanço em 31 de dezembro 2019
Anexo 2	Demonstração individual dos resultados por naturezas em 31 de dezembro 2019
Anexo 3	Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro 2019
Anexo 4	Investimento em 31 de dezembro de 2019
Anexo 5	Informação estatística do pescado transacionado – janeiro a dezembro de 2019

ANEXO 1 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade: euros

Ativo	2019	2018	Δ 19/18	
			Valor	(%)
Investimentos financeiros	145 000		145 000	n.a.
Ativos fixos tangíveis	19 838 136	18 438 426	1 399 710	7,6%
Ativos intangíveis	84 378	167 831	-83 453	-49,7%
Outros investimentos financeiros	32 343	21 260	11 083	52,1%
Ativos por impostos diferidos	649 381	717 028	-67 647	-9,4%
Ativo não corrente	20 749 238	19 344 546	1 404 692	7,3%
Inventários	125 228	188 693	-63 465	-33,6%
Clientes	2 818 169	3 880 490	-1 062 322	-27,4%
Estado e outros entes públicos	414	258	155	60,1%
Outras créditos a receber	5 535 410	6 292 768	-757 358	-12,0%
Diferimentos	186 661	279 390	-92 729	-33,2%
Caixa e depósitos bancários	6 730 770	8 291 191	-1 560 421	-18,8%
Ativo corrente	15 396 651	18 932 791	-3 536 139	-18,7%
Total do Ativo	36 145 889	38 277 336	-2 131 447	-5,6%
Capital Próprio e Passivo				
Capital realizado	8 528 400	8 528 400	0	0,0%
Reserva legal	257 042	100 621	156 421	155,5%
Resultados transitados	1 703 342	295 550	1 407 793	476,3%
Outras variações no Capital Próprio	4 951 606	5 964 130	-1 012 524	-17,0%
Resultado líquido do período	2 126 962	1 564 214	562 748	36,0%
Total do capital próprio	17 567 352	16 452 914	1 114 438	6,8%
Provisões	1 090 430	1 952 935	-862 505	-44,2%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2 886 137	3 186 791	-300 655	-9,4%
Outras dívidas a pagar	1 348 975	1 573 484	-224 509	-14,3%
Passivo não corrente	5 325 543	6 713 211	-1 387 668	-20,7%
Fornecedores	733 216	879 434	-146 218	-16,6%
Estado e outros entes públicos	1 934 636	2 019 890	-85 254	-4,2%
Outras dívidas a pagar	10 562 806	11 830 367	-1 267 560	-10,7%
Diferimentos	22 336	381 521	-359 185	-94,1%
Passivo corrente	13 252 994	15 111 212	-1 858 217	-12,3%
Total do passivo	18 578 537	21 824 422	-3 245 885	-14,9%
Total do capital próprio e do passivo	36 145 889	38 277 336	-2 131 447	-5,6%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Rendimentos e Gastos	2019	2018	Unidade: euros	
			Δ 19/18	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	26 950 995	27 101 015	-150 021	-0,6%
Subsídios à exploração	232 334	24 771	207 562	837,9%
Variação nos inventários da produção	-697	-248	-449	-180,5%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-564 578	-724 439	159 861	22,1%
Fornecimentos e serviços externos	-8 466 267	-8 317 003	-149 264	-1,8%
Gastos com o pessoal	-12 261 024	-12 146 170	-114 854	-0,9%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-26 548	11 601	-38 149	-328,9%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-28 706	-382 728	354 022	92,5%
Provisões (aumentos/reduções)	0	266	-266	-100,0%
Outros rendimentos	2 445 269	2 406 735	38 533	1,6%
Outros gastos	-1 785 823	-2 256 111	470 288	20,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6 494 954	5 717 690	777 264	13,6%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 403 694	-3 524 543	120 849	3,4%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 091 260	2 193 147	898 113	41,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	6 892	17 656	-10 765	-61,0%
Juros e gastos similares suportados	-20 268	-10 435	-9 833	-94,2%
Resultado antes de impostos	3 077 884	2 200 369	877 516	39,9%
Imposto sobre o rendimento do período	-950 923	-636 155	-314 768	-49,5%
Resultado líquido do período	2 126 962	1 564 214	562 748	36,0%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	2019	2018	Unidade: euros	
			Δ 19/18	
			Valor	(%)
Recebimentos de clientes	32 358 562	33 443 555	-1 084 993	-3,2%
Pagamentos a fornecedores	-12 837 338	-11 064 171	-1 773 166	-16,0%
Pagamentos ao pessoal	-12 712 582	-12 323 854	-388 728	-3,2%
Caixa geradas pelas operações	6 808 642	10 055 530	-3 246 888	-32,3%
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	-632 059	-403 708	-228 351	-56,6%
Outros recebimentos / pagamentos	-3 060 393	-3 381 089	320 696	9,5%
Fluxos de caixa das atividades operacionais	3 116 191	6 270 733	-3 154 542	-50,3%
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-4 652 521	-3 938 819	-713 702	-18,1%
Ativos intangíveis	-3 453	-1 968	-1 485	-75,4%
Investimentos financeiros	-156 083		-156 083	n.a.
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento	143 292	867 739	-724 447	-83,5%
Juros e rendimentos similares	1	1	0	-1,6%
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-4 668 763	-3 073 047	-1 595 717	-51,9%
Pagamentos respeitantes a:				
Juros gastos similares	-7 848	-7 778	-70	-0,9%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-7 848	-7 778	-70	-0,9%
Variações de caixa e seus equivalentes	-1 560 421	3 189 908	-4 750 329	-148,9%
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 291 191	5 101 283	3 189 908	62,5%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 730 770	8 291 191	-1 560 421	-18,8%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

ANEXO 4 – INVESTIMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade: euros

Local investimento (janeiro a dezembro de 2019)	Corrente		Taxa de execução	Específico		Taxa de execução	Total		Taxa de execução
	Executado	Previsto		Executado	Previsto		Executado	Previsto	
DLPP do Algarve	476 789	578 790	-17,6%	1 092 525	1 793 157	-39,1%	1 569 314	2 371 947	-33,8%
DLPP do Centro Norte	253 076	128 240	97,3%	15 523	520 000	-97,0%	268 599	648 240	-58,6%
DLPP do Norte e Matosinhos	197 140	296 900	-33,6%	185 378	597 230	-69,0%	382 518	894 130	-57,2%
DLPP Centro Sul	226 655	215 554	5,1%	819 023	1 210 738	-32,4%	1 045 678	1 426 292	-26,7%
DLPP do Centro	194 975	258 600	-24,6%	966 056	1 260 000	-23,3%	1 161 031	1 518 600	-23,5%
Sede	306 536	431 916	-29,0%	20 250	263 875	-92,3%	326 786	695 791	-53,0%
Total	1 655 171	1 910 000	-13,3%	3 098 755	5 645 000	-45,1%	4 753 926	7 555 000	-37,1%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

Unidade: euros

Investimento total (janeiro a dezembro de 2019)	Execução	Previsto	Taxa de execução	
			Valor	%
Específico	3 098 755	5 645 000	-2 546 245	-45,1%
Correntes	1 655 171	1 910 000	-254 829	-13,3%
Total	4 753 926	7 555 000	-2 801 074	-37,1%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

**ANEXO 5 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DO PESCADO TRANSACIONADO
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019**

Delegações e postos	jan - dez 2019			jan - dez 2018			Δ 19/18 (%)		
	Volume	Valor	Preço Médio	Volume	Valor	Preço Médio	Volume	Valor	Preço Médio
	(10 ⁶ Kg)	(10 ⁶ €)	(€/Kg)	(10 ⁶ Kg)	(10 ⁶ €)	(€/Kg)			
Norte	3	9	3,34	3	10	3,46	-4,4%	-7,8%	-3,5%
Matosinhos	13	25	1,93	20	27	1,39	-33,5%	-7,9%	38,4%
Centro Norte	18	31	1,73	17	29	1,69	4,4%	7,0%	2,6%
Centro	15	42	2,71	16	45	2,82	-4,0%	-7,9%	-4,1%
Centro Sul	43	52	1,21	32	47	1,47	33,3%	9,2%	-18,1%
Sul	20	53	2,59	12	46	3,87	71,8%	15,1%	-33,0%
TOTAL	113	212	1,89	100	206	2,06	12,7%	3,3%	-8,3%

Fonte: Informação Estatística - dezembro de 2019.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Docapesca - Portos e Lotas, SA (adiante também designada por Docapesca ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total do ativo de 36 145 889 euros e um total de capital próprio de 17 567 352 euros, incluindo um resultado líquido de 2 126 962 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a DOCAPECA assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido na Nota 1.3 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2019 sido reconhecidos 89 424 euros referentes a clientes. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2019, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente Outras variações no capital próprio no total de 430 015 euros (452 460 euros em 2018), fundamentalmente com integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e outras responsabilidades. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de movimentação portuária, não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, pelo que não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras resultantes dessa integração, bem como dos ajustamentos que possam vir a ser necessários efetuar

relativamente aos saldos já reconhecidos. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IMI, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14 do Anexo. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2019, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

No ponto 20 do Relatório de Gestão e na Nota 16 do Anexo são divulgados os recentes acontecimentos após a data do balanço, que não dão lugar a ajustamentos, relacionados com a Pandemia do Covid-19, nomeadamente sobre a sua natureza e classificação, plano de contingência e impactos, considerando a Administração que a continuidade da atividade não se encontra comprometida. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.



Sobre o relatório de governo societário

Em nossa opinião, o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa e foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 08 de abril de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Aleixo Dias', written above a horizontal line.

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.